

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES VISÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE

Edna Micaele de Sousa Cabral¹

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades no atendimento educacional especializado (AEE). Dessa forma, foram abordados autores Kassar (2011), Favero *et al.* (2007), Rapoli *et al.* (2010) na compreensão dos limites e possibilidades sobre a temática, evidenciando que AEE contribui para a garantia da inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, fornecendo estratégias que removem barreiras e favorecem a autonomia desses indivíduos. Para tanto, toma-se como autores Martins (2004), Marconi e Lakatos (2003) e Mota (2019) no delineamento do percurso teórico-metodológico, onde se utiliza uma abordagem qualitativa nos estudos das ações individuais e coletivas da escola.). Os resultados revelaram que, apesar da atuação comprometida dos professores, persistem desafios; identificaram-se, também, possibilidades concretas de avanço por meio da personalização do atendimento, uso de metodologias lúdicas e construção do PEI (Plano Educacional Individualizado). Conclui-se, portanto, que o AEE, mesmo enfrentando limitações, é um instrumento indispensável para a efetivação do direito à educação inclusiva, exigindo investimento contínuo em formação docente, estrutura física e articulação entre escola e família para consolidar práticas realmente transformadoras e equitativas no ambiente escolar.

Palavras-chave: AEE; Possibilidades; Desafios, Professores.

DATA DE APROVAÇÃO: 24 de julho de 2025

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu ao longo da minha trajetória na graduação em Pedagogia, principalmente na disciplina de Educação Especial, onde tive maior acesso e conhecimentos no campo da inclusão podendo assim ampliar minha formação. Posteriormente, iniciei um estágio extracurricular como Profissional de Apoio a Estudantes com Deficiência, conseguindo aprofundar minha compreensão sobre a temática, nesse período como estagiária, ouvia falar frequentemente sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), porém,

¹ Graduanda em Pedagogia Edna Micaele de Sousa Cabral. E-mail: cabralmicaele7@gmail.com.

² Professora Titular do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail: anamaria.duarte@ufpe.br.

minha realidade junto a experiência prática não permitiu um contato direto ou aproximação com esse atendimento.

O AEE é um campo fundamental, intimamente ligado a educação inclusiva, esta pesquisa se justifica academicamente pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios e possibilidades enfrentados no AEE. Além disso, essa pesquisa contribui com o embasamento teórico dentro a temática em questão. Do ponto de vista social, esse artigo é importante para reafirmar o direito à educação de qualidade para todas as pessoas independente de suas especificidades. O Atendimento Educacional especializado (AEE) é um direito do estudante, que visa assistir aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades, que estejam matriculados e frequentando as classes comuns, em relação com o Decreto nº 7611/11:

O atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais;

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011).

A criança com altas habilidades ou superdotação apresenta desempenho muito acima da média em algumas áreas específicas que variam de criança para criança. Ela aprende com facilidade, demonstra grande curiosidade e interesse por temas complexos, estão além do processo de aprendizagem, sendo assim, precisam de suplementação, portanto o AEE trabalha para complementar a aprendizagem dos que estão muito à frente em seu processo escolar, por isso, necessita de um atendimento educacional que valorize e desenvolva seu potencial.

O AEE deve ser interpretado como uma complementação a formação do aluno, ofertando serviços juntos a recursos que facilitem a acessibilidade, objetivando sanar necessidades de uma educação integral. Dessa forma, as instituições de ensino realizam as matrículas desses alunos que correspondem ao público do AEE em classes regulares, e no contra turno de suas aulas, esses estudantes devem receber o suporte que precisam, esse atendimento deve acontecer em salas de recursos dentro da própria instituição que o educando é matriculado ou em centros de atendimento da rede pública. O atendimento, não pode ser confundido com aulas de reforço, visto que, as atividades realizadas no AEE distinguir-se daquelas que normalmente acontecem em salas de ensino regular, portanto o trabalho nas salas especializadas não substitui as aulas de escolarização, como se pode encontrar no (artigo 3º do decreto nº 7.611/11).

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2011).

Esse trabalho com crianças que tenham essas necessidades especiais, a sala do AEE sala de recursos, esse fazer individualizado voltado para essas crianças, configura uma vitória histórica, visto que, Educação especial inclusiva conseguiu superar estereótipos, segregação e negação de direitos, essas crianças em um passado não distante, eram matriculadas em salas separadas dos demais alunados, efetivando uma real segregação, além disso, a educação atua como porta de entrada a acesso de outros direitos sociais. Sendo assim, é indispensável uma educação que vise também a formação para a cidadania, portanto, essas crianças na qual a sua escolarização acontecia em sala separadas, acabavam por impedir seu desenvolvimento integral. Assim como demarca Ferreira (2016, p. 283):

Nesta perspectiva, a educação se insere no âmbito dos direitos sociais, assim como a saúde, o trabalho, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, entre outros, conforme prevê o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Convém atentar para o fato de que a educação é um direito social de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua condição social, física, psíquica, cognitiva ou qualquer outro aspecto. Entretanto, é comum associar que as pessoas com deficiência são titulares apenas do direito a um ensino especial em ambientes segregados, o que claramente é inconstitucional, pois não há nenhum ordenamento jurídico que limite seu direito à educação.

Sendo assim, o atendimento oferecido nas salas de AEE não pode ocorrer em horários que comprometam a frequência às aulas da escolarização regular, além disso, esse processo configura mais um direito alcançado para a criança/adolescente, por consequência, trata-se de um complemento a sua formação, como já foi salientado, não é um reforço escolar, visando uma escolarização, o processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares deve acontecer em sala de aula regular. Assim:

O atendimento educacional especializado ocorre em horário oposto ao estabelecido pelo ensino regular, assim sendo, não o substitui; por ser complementar implica, necessariamente, num trabalho diferenciado, não reproduzindo “o mesmo conteúdo nem tampouco a metodologia adotada pela escola comum”, assim todo o atendimento pauta-se nas necessidades e particularidades do aluno, porém ambas (AEE e escola regular) precisam acontecer concomitantemente, uma vez que uma beneficia o trabalho da outra (Ferreira 2016, p. 286 *apud* Batista, 2013).

Portanto, tomamos como pergunta norteadora da pesquisa: Quais são os desafios e as possibilidades encontrados no processo do Atendimento Educacional Especializado?

Esse questionamento possibilitou tomar como objetivo geral analisar os desafios e as possibilidades no atendimento educacional especializado (AEE) e enquanto objetivos específicos: 1. Compreender a definição e a caracterização do Atendimento Educacional Especializado; 2. Identificar os principais desafios e possibilidades no contexto do AEE.

2 DESAFIOS DO AEE

A educação inclusiva no Brasil passou por muitos desafios ao longo de sua história, no século XIX e início do XX, tivemos marcas na educação brasileira, entre elas em 1824, Primeira Constituição brasileira prevê educação para “todos os cidadãos”, porém a maioria da população era analfabeta e escravizada, dessa forma era negada o acesso à educação. “Portanto, a restrição à educação é constitutiva da história do Brasil” (Kassar, 2011, p. 43).

Em datas seguintes é comum encontrar palavras que menosprezem e desvalorize as pessoas com deficiência, mesmo que na época isso pode ter sido erroneamente identificado como um avanço, “1910, publicações como Educação da Inteligência Anormal no Brasil iniciam os estudos sobre educação para pessoas com deficiência, em 1927, Decreto, lei de Minas Gerais dispensa de frequência escolar crianças com deficiência e indigentes, já em 1933 o Decreto do Estado de São Paulo define categorias como “débeis físicos” e “delinquentes” como público da educação especializada” Kassar, (2011). Sendo assim, esse imaginário de atrasado e abaixo da normalidade foi sendo desenvolvido.

Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos vem para reforçar a educação como direito de todos, porém percebemos uma divergência visto que, segundo o autor Kassar (2011), em 1961 a primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases) menciona a educação dos “excepcionais”, sugerindo matrícula na rede regular “dentro do possível”. Se essa matrícula for feita apenas se possível, como se configura um direito de todos? Somente em 1994, a Declaração de Salamanca propõe a educação inclusiva, influenciando fortemente a política brasileira, para que, em 1996, a nova LDB (Lei nº 9.394/1996) consolide a matrícula de alunos com deficiência na rede regular.

Nos anos 2000, tivemos avanços que contribuíram para a educação inclusiva, como por exemplo, em 2001, Decreto nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, em 2001, Resolução CNE/CEB 02/2001 aprova diretrizes nacionais para a Educação Especial, de

2004 a 2007 – Plano Plurianual do Governo Lula adota o lema “participação e inclusão” em 2011 o Debate sobre a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE 2011–2020), que propõe universalizar o atendimento na rede regular. Kassar (2011, p. 52) destaca que:

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva continuou a difusão dos princípios de inclusão, inclusive adotando o termo em seus Planos Plurianuais (Plano Brasil de Todos: participação e inclusão - 2004-2007 e Plano Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade - 2008-2011). Apresentada como prioridade nacional, a educação deveria promover a equidade, valorizar a diversidade e proporcionar a inclusão social, discurso coerente ao propagado pela Organização das Nações Unidas.

O AEE é um direito do estudante, e o mesmo contribui para uma inclusão eficiente, garantindo que possíveis impedimentos que dificultem o acesso e permanência do educando seja sanado, porém a Educação Inclusiva abarca muitas outras dimensões, como, por exemplo, o fazer docente, o mobiliário e a estrutura escolar. Sendo assim, o AEE acaba por, si só, não garante uma plena inclusão, como afirmam Figueiredo e Silva (*apud* Paisan, 2022, p. 4):

AEE, por si só, não garante a integralidade da inclusão, pois não engloba a completude do sujeito que tem uma deficiência. A inclusão dele vai além de uma aceitabilidade na escola e da adequação de um plano de atendimento educacional; ela visa antes de tudo o respeito à cidadania, o que torna necessária a interligação dos diferentes contextos sociais. Precisa-se de uma rede pública que reúna as diversas competências para se efetivar a proposta. Ademais, o docente é um dos elementos da rede que deve se adequar às exigências do AEE, por meio de uma preparação subjetiva e técnica. E isso não é prescrito pela legislação.

Partindo do entendimento que é obrigatório que o estudante esteja matriculado e tenha acesso a escola, por outro lado o AEE não é de caráter obrigatório, dessa forma a família pode escolher se a criança que faz parte do público alvo do AEE, recebera ou não esse acompanhamento. “O ensino que nossa Constituição prevê como obrigatória é o Fundamental, o Atendimento Educacional especializado, bem como qualquer um dos apoios é instrumentos que ele compreende, é uma faculdade do aluno ou seus responsáveis” (Favero *et al.* 2007, p. 19), podendo causar um entendimento errôneo de que as práticas ofertadas no AEE, podem ser dispensadas visto que o conteúdo pragmático em relação a currículo educacional será ofertado nas aulas regulares, esquecendo que o AEE não atua como complemento educacional de um currículo tradicional, assim como afirma Favero *et al.* (2007, p. 19):

É necessariamente diferente do ensino escolar e que é indicado para melhor suprir as necessidades e atender às especificidades dos alunos com deficiência. Ele inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo.

O AEE é essencial para a inclusão, mas deve estar integrado a uma rede de apoio mais ampla, devido a sua não obrigatoriedade exige maior conscientização sobre sua importância, para que a mesma possa ser mais eficiente em seu objetivo.

3 POSSIBILIDADES DO AEE

Um dos avanços notados na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 foi o Atendimento Educacional Especializado, que surge como uma possibilidade de atendimento que contribua para a formação e permanência dos educandos, assim como afirmam Rapoli *et al.* (2010, p. 17):

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

Para uma educação inclusiva é importante pensar como essa escola deve ser, pois é nesse ambiente que os educandos são formados, dessa forma, para entender a escola como inclusiva ela precisa romper as barreiras de trabalhar a diversidade, se a educação inclusiva permanece nessa visão de diversidade acaba por perpetuar uma diferenciação, assim como colocam Rapoli *et al.* (2010, p. 7):

A educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades *normais* e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade, e não da diversidade, como comumente se proclama. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não à diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é continuar na mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico.

Com essa ideia, conseguimos romper com a visão de divisão em grupos, pois, mesmo que hoje em dia não haja separação formal das matrículas entre escolas regulares e escolas para pessoas com alguma necessidade especial, muitas vezes, no chão da escola, há uma separação velada entre o que é socialmente entendido como padrão e aquele que é visto e compreendido como diferente, em concordância com Rapoli *et al.* (2010, p. 7):

De fato, a *diversidade* na escola comporta a criação de grupos de idênticos, formados por alunos que têm uma mesma característica, selecionada para reuni-los e separá-los. Ao nos referirmos a uma escola inclusiva como aberta à *diversidade*, ratificamos o que queremos extinguir com a inclusão escolar, ou seja, eliminamos a possibilidade de agrupar alunos e de identificá-los por uma de suas características (por exemplo, a deficiência), valorizando alguns em detrimento de outros e mantendo escolas comuns e especiais.

O AEE perpassa a educação inclusiva, há uma dupla dependência, visto que não significam a mesma coisa, porém são complementares a Educação Especial é um campo mais amplo, enquanto o AEE é um serviço específico dentro da Educação Especial, voltado para remover barreiras no aprendizado. Além disso, o AEE mostra ao educando possibilidades que venham a garantir uma educação integral.

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particulares de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do Atendimento Educacional Especializado: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); interpretação de LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; código braile; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimento; atividades da vida autônoma e social, entre outras (Favero *et al.*, 2007, p. 29).

O AEE resulta em mais uma ferramenta para garantia do cumprimento de um direito institucional, de acesso, permanência e qualidade educacional. O AEE, quando bem estruturado, pode transformar a experiência escolar dos estudantes, tornando a educação mais equitativa e acessível.

O AEE apresenta-se como facilitador, para garantir a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes que são público alvo da Educação Especial, possibilidade relevante é a oferta do AEE em salas de recursos Multifuncionais, que são lugares equipados e direcionados, para proporcionar atividades que complementem e enriqueçam o aprendizado, promovendo a autonomia, a participação ativa no contexto escolar e o desenvolvimento de estratégias que fortaleçam as habilidades de cada estudante.

O AEE também atua desempenhando um papel crucial na formação e no suporte aos professores do ensino regular, promovendo uma prática educacional que objetive uma integração da criança com deficiência em sala de aula regular, desmistificando a falácia que esse público da educação especial, deveria estar segregado dos demais alunados, porém por outro lado, evidenciando a necessidade de adequação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o mesmo deve ser alinhado as necessidades dos alunos, portanto a escola precisa ser conhecedora das demandas sociais, conhecer, tornar palpável a realidade e reconhecer para modificar a realidade.

Sem que a escola conheça os seus alunos e os que estão à margem dela não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que ela se insere. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular convertem as disciplinas acadêmicas em meios e não em fins da educação escolar (Favero *et al.* 2007, p. 47).

O AEE é fundamental para garantir a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, fornecendo estratégias que removem barreiras e favorecem a autonomia, dessa forma, acaba atuando nas Salas de Recursos Multifuncionais e junto ao apoio aos professores efetivando princípios essenciais para uma educação mais equitativa. A estruturação adequada do AEE contribui para a formação de um ambiente escolar inclusivo e alinhado às necessidades dos estudantes, e fortalecendo a importância de um currículo que reflita a realidade social dos educandos.

4 SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

As salas de recursos multifuncionais são espaços que recebem os alunos em seu contra turno e principalmente usada para o AEE, esses alunos com necessidades educacionais especiais, são direcionados para essa sala para receber um atendimento que auxilie na sua trajetória educacional e social, portanto colaborando em seu desenvolvimento.

As salas de recursos vêm sendo implementadas pelo governo federal desde o ano de 2005. Até hoje são 52.801 salas de recursos e estima-se aproximadamente o dobro de professores da rede pública de ensino que receberam formação para atuar nas salas e realizar o AEE (Siluk; Pavão, 2015, p. 14).

Para a implantação da sala de recursos multifuncionais é importante destacar uma lista de materiais e equipamentos.

Imagem 1 – Quadro de descrição da Sala do tipo I do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Brasil (2010).

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:

Imagem 2 - Quadro de descrição da Sala do tipo I do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Brasil (2010).

É importante destacar que cada escola terá sua realidade, não podemos pensar que em cada contexto escolar contará com uma sala de recursos e a mesma será padronizada, a realidade precisa ser identificada de forma individual, a partir de variantes como, por exemplo, verba destinada, espaço ofertado na escola e entre outras situações. “Entretanto, muitos impasses podem surgir no momento em que o professor do AEE vai utilizar tais recursos, impasses de natureza epistemológica da educação e de ordem prática, que inclui o modo como usar esses recursos com os alunos” (Siluk; Pavão 2015, p. 16). Portanto a implementação de cada sala de recurso deve levar em consideração a singularidade de cada contexto, reconhecendo que não há modelo único que seja viável e aplicável a todas as instituições.

5 METODOLOGIA

O desenho metodológico adotado nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativo e exploratório, com o objetivo de compreender os desafios e as possibilidades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a partir da vivência de professoras atuantes nesse serviço. Especificando, sabe-se que a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio da qual se busca compreender em profundidade as percepções e experiências de sujeitos inseridos em contextos específicos, valorizando as particularidades do fenômeno investigado. Conforme Martins (2004), a pesquisa qualitativa privilegia a análise de microssistemas sociais, considerando a complexidade das relações e das ações humanas no cotidiano escolar, a saber, “É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas

privilegiam, de modo geral, da análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais” (Martins, 2004, p. 292).

Para alcançar os objetivos propostos, empregou-se o método de pesquisa bibliográfica, com o intuito de reunir e analisar contribuições teóricas relevantes já produzidas sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal método, segundo Marconi e Lakatos (2003), possibilita um levantamento sistemático de obras científicas capazes de oferecer suporte conceitual e contextual ao estudo. Conforme os autores, “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 158).

Foram utilizados como descritores, “Atendimento Educacional Especializado”, “Educação Inclusiva”, “Salas de Recursos Multifuncionais”, “Política de Educação Especial”, “Desafios do AEE” e “Práticas pedagógicas inclusivas”. Assim, as buscas foram realizadas nas plataformas Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e no Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por sua relevância e acessibilidade para a pesquisa acadêmica em educação.

Nesse sentido, os critérios de inclusão adotados contemplaram publicações, disponíveis em língua portuguesa e com acesso integral ao conteúdo, que abordassem diretamente o AEE no âmbito da escola pública brasileira, com foco em aspectos pedagógicos, políticos e formativos. Foram priorizadas obras teóricas e empíricas com respaldo acadêmico, bem como documentos normativos atualizados do Ministério da Educação.

Já os critérios de exclusão compreenderam produções e publicações com foco exclusivo em contextos internacionais, textos de natureza opinativa sem fundamentação científica e documentos indisponíveis na íntegra. Esse recorte bibliográfico possibilitou uma compreensão crítica da temática, subsidiando a elaboração do referencial teórico e a construção do instrumento de coleta de dados, além de fortalecer a coerência entre os fundamentos teóricos e a realidade investigada na segunda etapa da pesquisa.

De forma complementar, foi utilizado como instrumento empírico, um questionário com perguntas abertas, elaborado e aplicado por meio da plataforma *Google Forms*, o que favoreceu a coleta de dados de forma prática e acessível (Mota, 2019). Para Mota (2019, p. 373):

A grande vantagem da utilização do Google Forms para pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode

enviar para os respondentes via E-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar.

Essa ferramenta, já que permitia responder online, possibilitou que as participantes respondessem as perguntas de maneira reflexiva e detalhada, sem a presença da pesquisadora, o que contribuiu para a espontaneidade e autenticidade das respostas, sabendo que as mesmas poderiam responder a seu tempo e conforme suas disponibilidades.

É importante pontuar que o “questionário é um instrumento de coleta de dados, construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 200). Assim, os sujeitos da pesquisa foram quatro professoras da rede pública municipal de Santa Cruz do Capibaribe – PE, atuantes em salas de AEE e com formação em Pedagogia, além de especializações voltadas à Educação Especial. Com vistas a preservar o anonimato, as participantes foram identificadas no corpo do trabalho como P1, P2, P3 e P4. As informações coletadas, conforme esclarecido para as professoras, serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos, assegurando-se o anonimato e a confidencialidade dos participantes, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

As variáveis analisadas envolvem aspectos como: a formação profissional das docentes, o tempo de atuação na sala de AEE, os tipos de deficiência e transtornos atendidos, as metodologias empregadas, os recursos disponíveis, a relação com as famílias e os demais profissionais da escola, os principais desafios enfrentados e os benefícios percebidos na prática pedagógica.

Nesse sentido, a integração entre a pesquisa bibliográfica e o levantamento empírico possibilitou uma análise crítica e interpretativa, voltada à compreensão dos desafios e possibilidades enfrentados no contexto do AEE, sob a ótica de profissionais diretamente envolvidos com essa prática educacional.

Os dados obtidos foram tratados por meio da análise de conteúdo, com base na organização, categorização e interpretação das respostas, buscando-se identificar padrões, recorrências e singularidades nas falas das participantes. A análise permitiu a construção de categorias temáticas que dialogam com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teóricos adotados. Essa abordagem possibilitou não apenas descrever os elementos investigados, mas também interpretar as relações entre os fatores que influenciam a efetividade do AEE no contexto analisado.

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios da dignidade humana, do respeito à autonomia dos sujeitos e da confidencialidade

das informações. Não houve riscos físicos, emocionais ou sociais significativos para as participantes, uma vez que a participação foi voluntária, mediada por consentimento livre e esclarecido, e as respostas foram recolhidas de forma anônima. Quanto aos benefícios, destaca-se a valorização da escuta docente, o incentivo à reflexão crítica sobre as práticas no AEE e a possibilidade de contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais inclusivas.

Tabela 1 - Dados das professoras

PARTICIPANTE	FORMAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO EM AEE
P1	Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Inclusiva e AEE	4 anos
P2	Pedagogia, psicologia, planejamento e Gestão escola, psicopedagogia, Neuropsicologia, avaliação Neuropsicológica e Psicodiagnóstico, Terapia Cognitiva Comportamental E Análise do comportamento Aplicada ABA	Mais de 10 anos
P3	Pedagogia, Especialização em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, psicopedagogia, cursando Educação Inclusiva e ABA.	3 anos
P4	Pedagogia, Psicanálise Clínica e Didática, Neuropsicopedagogia institucional e clínica, Profissional de AEE e em (TCC) Terapia Cognitiva Comportamental.	2 anos

Fonte: A Autora, 2025.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário contou com 13 perguntas abertas, ou seja, cada sujeito tinha liberdade para discutir sobre cada pergunta, ao todo foram 4 professoras participantes da pesquisa, portando elas serão chamadas de P1, P2, P3, e P4. A partir da primeira pergunta, percebesse que todas tem formação em pedagogia e outros cursos que complementem sua formação para a atuação em AEE, em conformidade com o Manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncional (2010) “Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial.” pág. 8), sobre o tempo de atuação em sala do AEE, o P1 atua a 4 anos, P2 a mais de 10 anos, P3 a 3 anos e P4

a 2 anos.

Quando perguntado sobre quais tipos de transtornos ou deficiências os mesmos atendem em suas salas, obtivemos os seguintes dados.

Tabela 2 – Transtornos e Deficiências Atendidos por Professores do AEE

Transtornos/Deficiências	P1	P2	P3	P4
TEA (Transtorno do Espectro Autista)	✓	✓	✓	✓
TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade)	✓	✓	✓	✓
TOD (Transtorno Opositivo Desafiador)	✓	✓		✓
Deficiência Intelectual	✓		✓	
Surdez	✓			
Transtorno de Aprendizagem		✓		
Dislexia			✓	✓
Síndrome de Tourette				✓
Discalculia				✓
Disgrafia				✓
Apraxia				✓

Fonte: Autoria própria (2025)

Os profissionais relataram uma diversidade significativa de demandas. Observa-se que o TEA (Transtorno do Espectro Autista), o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e o TOD (Transtorno Opositivo Desafiador) estão presentes nos atendimentos de todos os professores, indicando que esses transtornos são os mais recorrentes nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Por outro lado, algumas deficiências e transtornos aparecem apenas em atendimentos de alguns profissionais. A deficiência intelectual foi citada por P1 e P3, enquanto a surdez apareceu apenas nos relatos do P1. O transtorno de aprendizagem foi mencionado exclusivamente pelo P2. Já a dislexia é atendida por P3 e P4, sendo que este último relatou também casos de Síndrome de Tourette, Discalculia, Disgrafia e Apraxia, demonstrando uma diversidade ainda maior no perfil de estudantes acompanhados.

Esses dados evidenciam a complexidade e a amplitude do trabalho no AEE, exigindo dos profissionais uma formação sólida e contínua para atender às diferentes necessidades educacionais, respeitando as especificidades de cada estudante.

Os sujeitos investigados responderam sobre como os mesmos definiriam o AEE, seguintes respostas:

Tabela 3 – Definições sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Profissional	Definição de AEE
P1	É um atendimento individualizado, onde analisamos as habilidades e dificuldades apresentadas pelo aluno e utilizamos recursos e estratégias que promovam a inclusão educacional e social. Para garantir a igualdade de oportunidades na escola e na vida.
P2	A sala do AEE é um espaço com profissionais qualificados para atender alunos com necessidades especiais no processo da inclusão. Contribuindo para o desenvolvimento das habilidades cognitivas de cada aluno em suas necessidades.
P3	Um serviço pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Ajudar a desenvolver habilidades necessárias ao estudante, a fim de apoiar o desenvolvimento do aluno e integrá-lo ao currículo regular.
P4	Uma ponte entre o professor e o aluno, a qual traz para o professor da sala de aula regular meios e possibilidades de como trabalhar com o aluno e sua atipicidade.

Fonte: Autoria própria (2025)

As definições que as professoras atribuíram ao AEE, evidenciam sua importância como meio de mediação entre aluno e o professor da sala regular, lugar onde a inclusão deve acontecer por meio de estratégias específicas e um atendimento pensado de forma individualizada, para conseguir garantir uma verdadeira inclusão, as metodologias citadas pelas professoras reforçam e reafirmam como é necessário o uso de práticas individualizadas é direcionada para as especificidades de cada criança, percebemos um destaque para o uso de jogos pedagógicos e um fazer lúdico, utilizando a tecnologia assistiva, e também a construção e uso do PEI (Plano Educacional Individualizado) com o mesmo, consegue-se formalizar o plano de trabalho, para servir como norteador do atendimento.

As metodologias aplicadas em salas do AEE precisam ser diferentes em seu objetivo, não é uma suplementação dos conteúdos curriculares de salas regulares, mas cada método aplicado deverá ser pensado nas particularidades de cada criança e de cada necessidade a partir de uma avaliação contínua e adequada à deficiência ou transtorno em questão, quando perguntado sobre os métodos utilizados, obtivemos as seguintes respostas.

Tabela 4 – Metodologias aplicadas

Profissional	Metodologias aplicadas
P1	São muitas abordagens, pois cada aluno precisa de objetivos e estratégias diferentes. Sempre com uso de jogos pedagógicos, atividades lúdicas, notebook e recursos diversos (instrumentos musicais, brinquedos

	sensoriais, jogos educativos adaptados, entre outros)
P2	Para cada aluno e feito um plano individual atendendo as necessidades específicas de cada aluno.
P3	Mapeamento das necessidades do aluno, adaptação de materiais e recursos, orientação aos professores e famílias, acompanhar os alunos de forma sistemática, elaboração do PEE, articulação com as famílias dos estudantes, juntamente com o apoio do NAPP (Núcleo de apoio psicossocial e pedagógico) atendimento aos pais com o projeto: Cuidando de quem cuida) apoio aos pais dos alunos especiais da nossa escola. Construção do PEI , enfim. O melhor que podemos fazer, para ajudar nossas crianças.
P4	Utilizo o método Lúdico, com materiais e recursos que tragam prazer para o paciente.

Fonte: Autoria própria (2025)

A P1 evidenciando um fazer individualizado “São muitas abordagens, pois cada aluno precisa de objetivos e estratégias diferentes. Sempre com uso de jogos pedagógicos, atividades lúdicas, notebook e recursos diversos como instrumentos musicais, brinquedos sensoriais, jogos educativos” outra resposta que mostra isso é da P3 que a mesma coloca, “Mapeamento das necessidades do aluno, adaptação de materiais e recursos, orientação aos professores e famílias, acompanhar os alunos de forma sistemática e a construção do PEI (Plano Educacional Individualizado)” outro ponto importante que chama atenção na resposta da P3 e o trabalho individualizado com os pais “atendimento aos pais com o projeto: Cuidando de quem cuida - apoio aos pais dos alunos especiais da nossa escola”. Em concordância com Favero, (2007, p. 45)

É indispensável que a escola aprimore suas práticas a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejado, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

A P2 colocou em sua resposta a individualidade de cada criança, “Para cada aluno e feito um plano individual atendendo as necessidades específicas de cada aluno.” já a P4 apresenta a importância do lúdico nesse processo “Utilizo o método Lúdico, com materiais e recursos que tragam prazer para o paciente.”

Em relação à pergunta sobre os principais desafios enfrentados no AEE, as respostas foram as seguintes.

Tabela 5 – Desafios relatados pelos participantes da pesquisa

Profissional	Desafios
P1	No momento falta de recursos. As salas do AEE

	precisam de muitos materiais. Então precisamos comprar ou confeccionar sempre.
P2	Os principais desafios são os pais, e alguns colegas professores que não ajudam no processo da inclusão.
P3	Preconceito, despreparo dos pais e a falta de recursos.
P4	A compreensão da família sobre a importância desse atendimento.

Fonte: Autoria própria (2025)

Sem o suporte necessário os recursos acabam por se tornar um desafio, dificultando o fazer docente no AEE, e sobrecarregam os professores, visto que, a construção dos recursos demandam tempo e um valor econômico, a faltados mesmos dificultam o fazer docente, pois limitam as atividades realizadas em sala AEE. Essa falta de recursos aparece também na resposta da P3 onde a mesma expõem “Preconceito, despreparo dos pais e a falta de recursos.” Além da falta de recursos a mesma destaca algo que chama a atenção o despreparo dos pais trazendo para a discussão a junção escola/família “a família constitui o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, tendo normas, regras, crenças, valores, papéis próprios e previamente definidos, caracterizando-se como a primeira mediadora, por excelência, entre indivíduo e sociedade”. (Silva, Cabral e Martins, *apud* Maturana *et al.*, 2015 p.193)

Os principais desafios salientados estão relacionados a falta de recursos materiais, que acaba resultando em um desgaste profissional, visto que as professoras devem confeccionar ou comprar, o despreparo das famílias e a resistência de alguns professores de sala de aula regular, também foi mostrado como um agravante para essas dificuldades, visto que são grupos essenciais para uma ampla integração e inclusão do educando em ambiente escolar e social, essa resistência e desconhecimento sobre a importância do AEE, resulta em problemáticas para a efetivação das práticas, além de uma sobrecarga para os profissionais do AEE, essa contrariedade com as famílias se mostrou latente, chama a tenção o projeto “Cuidando de quem cuida” que proporciona informação para essas famílias, de forma que não culpabilize a mesma por esse despreparo, evidenciando como indispensável a parceria escola e família.

A escola se configura como segundo grupo nesse processo, portanto é indispensável a parceria escola família, para obter sucesso no desenvolvimento do educando, uma parceria efetiva desses dois grupos correspondem em resultados positivos, como aponta segundo (Silva Cabral; Martins 2016 *apud* Kampwirth, 2003, p. 194)

A parceria colaborativa com familiares proporcionada à família do aluno com deficiência os seguintes benefícios: os pais podem aprender maneiras novas e mais eficazes de disciplinar

seus filhos, entender as intervenções realizadas na escola e contribuir com a realização das mesmas e diminuir a tensão sobre a criação dos filhos. Além disso, a colaboração entre família e escola é uma chance para os profissionais perceberem os familiares como parte da solução e não do problema.

A P4 expõe que “A compreensão da família sobre a importância desse atendimento.” é o desafio mais latente no AEE, o serviço prestado pelos profissionais em salas de recursos, não é obrigatório, sendo assim fica a critério da família se esse trabalho será realizado ou não, portanto é importante que as famílias recebam uma atenção, para tomar consciência da importância desse acompanhamento. A P2 coloca que “Os principais desafios são os pais, e alguns colegas professores que não ajudam no processo da inclusão.” Fala sobre os professores que não contribuem para a inclusão, mostrando assim um distanciamento com o que afirma os autores Turchiello, Silva e Guareschi (2014, p. 44) os mesmos falam que a aproximação do professor da sala regular com o professor do AEE é importante pois essa articulação é necessário para manter uma qualidade em ambos, tanto no desempenho do educando em sala de ensino regular como também na sala do AEE.

Assim, as necessidades educacionais dos alunos podem ser “discutidas no dia a dia escolar e com todos que atuam no ensino regular e/ou educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos” (Ropoli *et al.*, 2010, p.18). Essa proximidade beneficia o processo de aprendizagem do aluno, pois o professor do AEE poderá acompanhar ativamente a escolarização desse sujeito, bem como os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados. Além disso, esse profissional poderá atuar de forma mais efetiva junto ao professor do ensino comum, oferecendo o suporte necessário ao ensino do aluno.

Quando perguntado sobre as formas de lidar com essas dificuldades, conseguimos as seguintes respostas.

Tabela 6 – Formas de lidar com os desafios

Profissional	Formas de lidar com os desafios
P1	Tentamos adaptar ou confeccionar materiais pedagógicos, mas também temos que comprar alguns.
P2	Sempre que possível levamos as informações para mostrar a importância de todos para que a inclusão aconteça.
P3	Provendo a inclusão, levando mais informações sobre as deficiências possibilitando uma cultura inclusiva.
P4	Conversas com a famílias para que possam se

	conscientizar na importância do AEE.
--	--------------------------------------

Fonte: Autoria própria (2025)

Quando questionadas sobre, Quais benefícios você observa no desenvolvimento acadêmico dos alunos que recebem atendimento no AEE?

Tabela 7 – Benefícios observados pelos participantes da pesquisa

Profissional	Benefícios observados
P1	São observados que esses alunos, passam a se concentrar melhor na sala de aula, com mais autonomia no processo de aprendizagem Contribui na comunicação e interação social, no desenvolvimento cognitivo, aumentando a autoestima e confiança
P2	A sala do AEE contribui de forma significativa para o desenvolvimento Cognitivo dos alunos, uma vez que os mesmos receber suportes para ajudar na superação das dificuldades e necessidades.
P3	Superação de dificuldades, autonomia, socialização
P4	Conseguir compreender os objetivos didáticos estipulados para ele, facilidade em aceitar comandos, melhora na memória de curto, médio e longo prazo, melhora na coordenação motora fina e ampla

Fonte: Autoria própria (2025)

É importante retornar a uma das respostas a P4 quando foi questionada sobre como ela definiria o AEE a mesma responde “Uma ponte entre o professor e o aluno, ao qual traz para o professor da sala de aula regular outros meios e possibilidades de como trabalhar com o aluno e sua atipicidade.” os benefícios apresentados pelos sujeitos investigados se aproximam dessa definição, visto que, o AEE contribui na prática educacional. Sabemos que o AEE não é um reforço escolar, mas o mesmo resulta no desenvolvimento escolar, pessoal e social, pois o educando é visto de forma integral e não fragmentado, onde o conhecimento formal é substituído pelo o AEE.

Quando perguntado sobre, como o AEE contribui para a inclusão social e a convivência dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar? obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 8 – Contribuição para a inclusão social e a convivência dos alunos

Profissional	Contribuição para a inclusão social e a convivência dos alunos
P1	O AEE estimula os alunos a desenvolverem habilidades de comunicação, interação e independência, facilitando sua participação em atividades escolares e sociais

P2	Através de um plano individual, que trabalha as necessidades específicas
P3	Articulação entre família, comunidade escolar
P4	Trazer instruções aos professores de como proceder com esse aluno na socialização com os demais.

Fonte: Autoria própria (2025)

A última pergunta foi “como o AEE tem contribuído para a formação de uma cultura de respeito e diversidade na sua escola de atuação?”.

Profissional	Contribuição para uma formação de uma cultura de respeito e diversidade na escola
P1	Promovendo formações para professores e funcionários sobre inclusão, acessibilidade e respeito às diferenças. Realizando projetos e campanhas de conscientização sobre deficiência e diversidade, contribuindo para a redução do preconceito e do bullying. Trabalha para que os alunos com deficiência sejam vistos não por suas limitações, mas por suas habilidades e talentos.
P2	Através da inclusão no contexto educacional Muito ainda precisa ser feito. Mas no nosso município as salas do AEE tem contribuição significativa nesse processo de inclusão.
P3	Através de um trabalho com comprometimento, responsabilidade e vivências significativas junto com a comunidade escolar.
P4	Tem trazido um esclarecimento sobre cada neurodivergência e como a melhor aplicabilidade de seu papel para cada indivíduo de forma ímpar, contribuindo para um ambiente acolhedor e consciente.

Fonte: Autoria própria (2025)

Em suma, os sujeitos da pesquisa entendem o AEE como um meio que contribui não apenas para o desenvolvimento educacional, mas também para a construção de uma cultura mais inclusiva e uma escola mais empática e acolhedora. O serviço aumenta a participação integral dos educandos com necessidades educacionais especiais, contribuindo para uma plena integração tanto ao currículo como também a vida escolar, como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu um maior aprofundamento e compreensão sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de como acontece a prática no contexto escolar, a partir da vivência e trajetória de quatro professoras que atuam nessa área. A análise das respostas nos fala sobre os desafios e as possibilidades que o AEE encontra no seu

caminhar, relevando a necessidade desse atendimento para promover a inclusão integral dos educandos, que necessitam de práticas pedagógicas articuladas a suas particularidades.

As metodologias aplicadas em salas do AEE, esclarecem o atendimento individualizado, onde cada criança receberá um plano específico para conseguir sanar impedimentos na sua trajetória educacional, por meio de recursos diversificados, com a utilização de jogos unindo a prática lúdica para o atendimento. O PEI deve ser visto como ferramenta fundamental para o acompanhamento dos alunos, onde cada criança terá o seu plano articulado a suas necessidades.

O envolvimento das famílias com AEE foi compreendido como ponto crucial para o sucesso da inclusão educacional e para obter um bom rendimento no AEE, entretanto a resistência ou desconhecimento da família sobre a importância do atendimento se mostra como obstáculo, dessa forma, o projeto “Cuidando de quem cuida” se destaca positivamente trazendo mais conhecimento sobre a temática e conscientizando. Os desafios identificados que dificultam a implementação plena do AEE, são falta de recursos materiais, o despreparo de alguns profissionais da educação, essas barreiras necessitam de atenção para conseguir efetivar o trabalho do AEE.

Em relação às contribuições do AEE para o desenvolvimento acadêmico, social e pessoal dos alunos com deficiência e transtornos, o mesmo se mostra amplamente positivo e atuante na vida dos educandos, destacando a melhoria na concentração, autonomia, socialização e autoestima, contribuindo não só no âmbito escolar como também no social. O AEE, portanto, não só facilita a aprendizagem, como igualmente contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva.

Conclui-se que o AEE é um instrumento indispensável para a inclusão educacional, sendo fundamental a continuidade do investimento em recursos, formação de profissionais e fortalecimento das parcerias entre escola e família. Dessa forma, é possível garantir um atendimento mais eficaz, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, se desenvolvam de maneira plena e participativa no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC/ SEESP, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

FERREIRA, Kaminski, CRISTINA, Denize. Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular pública de ensino paranaense: desafios, limites e possibilidades do paradigma inclusivo. **Revista Educação Especial**, vol. 29, núm. 55, mai.-ago., 2016, pp. 281-294. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313146769003>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado**: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. p. 13-56. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_formacao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 41–58, maio/ago. 2011. Edição Especial. Acesso em: 13 abr. 2025.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003. 5 ed.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289–300, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 40, p. 130–153, ago. 2018. DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle40.01. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOTA, Janine da Silva. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 1, 2010.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org.). **Atendimento educacional especializado**: contribuições para a prática pedagógica. 1. ed., 1. reimpr. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação – Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.

SILUK, Ana Cláudia Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (org.). **Atendimento educacional especializado**: práticas pedagógicas na sala de recursos multifuncional. Santa Maria: Ed. Pró-Reitoria de Extensão – UFSM, 2015. 148 p.

SILVA, Aline Maira; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Abordagem relacional entre família e escola inclusiva sob as perspectivas de professores. **Interfaces da Educação**, Paraíba, v. 7, n. 19, p. 191–205, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1065>. Acesso em: 10 jul. 2025.

TURCHIELLO, Priscila; SILVA, Sandra Suzana Maximowitz; GUARESCHI, Taís. Abr. **Atendimento educacional especializado**. 1. ed.; 1. reimpr. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação – Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.

EDNA MICAELE DE SOUSA CABRAL

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
VISÃO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciatura em
Pedagogia.

Aprovado em: 24/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Tavares Duarte.
Orientadora (a) – CAA/UFPE

Prof. Dr. Ana Maria de Barros.
Examinador(a) Interno(a) – CAA/UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Thiago Ramos de Albuquerque.
Examinador Interno – CAA/UFPE